



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO
inconveniente

O desastre das empresas públicas

Ninguém gosta de ter razão antes do tempo, sobretudo quando se luta contra uma teimosia política, mas é reconfortante assistir às sucessivas auditorias do Tribunal de Contas às empresas públicas regionais, onde se constata o descalabro em que quase todas elas viviam.

Os últimos anos de governação foram de uma absoluta irresponsabilidade política e é muito triste que, neste país e nesta região, não haja legislação que penalize a má gestão pública.

Políticos e gestores públicos cometem as maiores irresponsabilidades e vivem sempre na impunidade, porque são eles que fazem as leis e protegem-se uns aos outros.

O sector público empresarial que se criou na nossa região é um monstro predador que apenas serviu interesses de amigos, clientela partidária e objectivos eleitorais.

A auditoria sobre o transporte marítimo de passageiros, revelada esta semana pela Secção dos Açores do Tribunal de Contas, é apenas mais um exemplo da política ruinosa que seguiam os governos PS, desbaratando o equilíbrio das empresas públicas e seguindo políticas despesistas não condizentes sequer com o interesse dos açorianos.

Uma operação que está sistematicamente abaixo de uma taxa de ocupação de 25% só pode ser uma loucura com custos exorbitantes para o erário público. Com a agravante dos contratos serem supermilionários, que o governo nunca pagava a tempo e horas e, para culminar tudo isso, é provável que ainda tenhamos de pagar indemnizações de mais de 3 milhões de euros.

Era evidente que, com uma política irracional destas, os impostos tinham que permanecer elevados.

Quem se lembra de contratar serviços importados para utilizar apenas 25% do que se paga? Isto equivale a pagar quatro vezes mais o que efetivamente o mercado quer.

É equivalente a comprar um T9 quando um T3 é mais do que suficiente para alojar a família.

E o PS actual, mesmo na oposição, ainda pretendia revogar a política que acaba, definitivamente, com decisões desta natureza!

Querer reverter políticas para o que era antes iria dar neste tipo de desfecho. A própria defesa, sem pés nem cabeça, do Provedor da Saúde, é uma espécie de política fantasmagórica própria de quem continua agarrado ao passado..

É evidente que o PS, a fazer este tipo de oposição, não vive no mesmo mundo do que o comum dos mortais açorianos.

Basta ver o que aconteceu com a taxa turística, onde os socialistas municipais andam a votar contra, indo em contramão ao seu Grupo Parlamentar.

Isto é revelador da desorientação política que vai no partido, pelo que é bom que o Congresso Regional venha depressa e com uma profunda reestruturação de estratégias e substituição de rostos cansados e que representam o tal descalabro a que nos trouxeram até aqui.

Bom seria que o TC passasse a pente fino cada uma das empresas públicas para identificar até que ponto este “modus operandi” é generalizado.

Não há dúvida que encontrarão muitos mais casos semelhantes.

E podem começar pela Ilhas de Valor, essa coisa preguiçosa e inútil que se arrasta, inexplicavelmente, com o actual governo de Bolieiro.

Depois admiram-se que os Açores não crescem, mesmo com os apoios que vêm de Lisboa e de Bruxelas.

Pudera, não os sabemos utilizar de forma racional.

Obrigado Tribunal de Contas.

Por favor continuem nesta senda de identificação destas irracionalidades.

E vejam bem de perto, porque certamente há muitas histórias a contar.

Algumas delas, manifestamente escondidas dos açorianos.

Insolvências diminuíram 19% em P. Delgada e constituições de empresas aumentaram

Ponta Delgada apresentou, em Abril, menos 19% de insolvências, face ao mesmo período do ano passado, segundo dados agora revelados pela Iberinform.

A Madeira também apresentou uma diminuição de 10%.

Em Angra do Heroísmo as insolvências têm um aumento de 33% e na Horta há uma evolução negativa de zero em 2021 para três insolvências em 2022.

Em Abril foram registadas em todo o país 342 insolvências, menos 76 que no mesmo período do ano passado, o que traduz uma diminuição de 18%.

O total acumulado de 1.640 insolvências apresenta-se igualmente inferior ao registado em 2021, com uma redução de 55 insolvências (-3,2%).

Por tipologia de acção, no primeiro terço do ano as declarações de insolvência requeridas por terceiros diminuíram 11% em relação ao mesmo período de 2021 (menos 36 acções), enquanto as apresentações à insolvência pelas próprias empresas registaram uma redução de 6,3% (menos 22 acções).

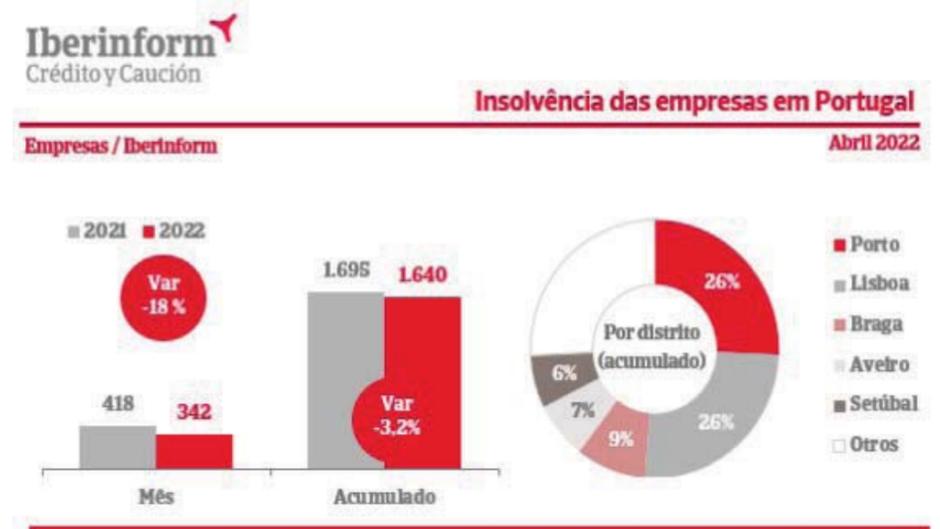
Nos primeiros quatro meses do ano registam-se 10 encerramentos com plano de insolvência, menos quatro que em 2021, o que traduz uma diminuição de 29%.

Ainda no mês de Abril, as constituições decresceram de 3.798 em 2021 para 3.187 em 2022, menos 611 novas empresas (-16%).

Contudo, no total do ano, foram já criadas 17.043 empresas, mais 2.858 que no ano passado, valor que traduz um aumento de 20% face a 2021.

O número mais significativo de novas constituições regista-se em Lisboa, com 5.670 novas empresas (+40% que em 2021) e no Porto, com 2.827 empresas (+3,6%).

Os distritos de Portugal continental com aumentos nas constituições são: Faro (+37%); Coimbra (+33%); Setúbal (+33%); Vila Real (+27%); Santarém (+12%); Guarda (+11%); Beja (+10%); Évora (+9,8%); Aveiro (+9%); Portalegre (+7,2%); Braga (+5,7%); Leiria (+3,2%); Viseu (+3,1%) e Viana do Castelo (+2,1%). Com variação negativa surgem apenas os distritos de Bragança (-18%)



e Castelo Branco (-2,1%).

Nas regiões autónomas, a Madeira tem um aumento de 32% face a 2021, bem como Angra do Heroísmo (+19%) e Ponta Delgada (+17%).

Na Horta regista-se uma diminuição de 26% face a 2021.

Nos primeiros quatro meses deste ano, os setores que apresentam variação positiva na constituição de novas empresas são: Transpor-

tes (+101%); Hotelaria/Restauração (+44%); Outros Serviços (+28%); Construção e Obras Públicas (+16%); Telecomunicações (+16%); Indústria Transformadora (+6,2%); Comércio por Grosso (+4,5%); Comércio de Veículos (+2,7%) e Agricultura, Caça e Pesca (+1,5%). Apenas o Comércio a Retalho e a Indústria Extrativa tem variações negativas de 22% e 10%, respectivamente.